

## **INTERPRETAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)**

Agentes e discursos no âmbito do Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp)

## **INTERPRETATIONS OF DEVELOPMENT IN AMAZON DURING MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985)**

Agents and discourses in Institute of Economic-Social Development of Pará (Idesp)

TAYANNÁ SANTOS DE JESUS SBRANA<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este artigo objetiva analisar discursos provenientes dos escritos de agentes situados no Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp), durante a Ditadura Militar (1964-1985). A partir de artigos publicados na revista institucional *Pará Desenvolvimento*, analisamos como os agentes científicos e técnicos da instituição compreendiam a inserção do Pará e da Amazônia nos caminhos do desenvolvimento, elaborando críticas e sugestões para efetuação da realidade desenvolvida no Brasil. Partindo da historiografia do desenvolvimento, em interface com os estudos de instituições, agentes e Estado, observamos a constituição de um *consenso desenvolvimentista*, tendo como agentes cientistas e técnicos situados em instituições ligadas ao Estado durante a Ditadura Militar, acionando representações a respeito da Amazônia e elaborando interpretações próprias acerca do desenvolvimento e das distinções entre Brasil e Amazônia.

**Palavras-chave:** Idesp. Agentes. Desenvolvimento. Ditadura Militar. Amazônia.

### **ABSTRACT**

This article aims to analyze discourses from the writings of agents located at the Institute of Economic-Social Development of Pará (Idesp), during the Military Dictatorship (1964-1985). Based on articles published in the institutional magazine *Pará Desenvolvimento*, we analyzed how the institution's scientific and technical agents understood the insertion of Pará and the Amazon in the paths

<sup>1</sup> Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) – Campus Paragominas, doutora em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA), pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação, Ciências Humanas e Sociais (GPECHS/IFPA), do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA/UFMA) e do Grupo de Trabajo Fronteras, Regionalización y Globalización (FRG/CLACSO). E-mail: tayanna.sbrana@ifpa.edu.br.

of development, elaborating criticisms and suggestions for implementing the developed reality in Brazil. Starting from development historiography, in interface with studies of institutions, agents and the State, we observed the constitution of a *developmental consensus*, with scientists and technicians as agents located in institutions linked to the State during the Military Dictatorship, triggering representations regarding the Amazon and elaborating their own interpretations about the development and distinctions between Brazil and the Amazon.

**Keywords:** Idesp. Agents. Development. Military Dictatorship. Amazon.

## INTRODUÇÃO

As disputas em torno da constituição do desenvolvimento durante a Ditadura Militar (1964-1985) eram partilhadas por diferentes agentes sociais, situados em instituições, acionando variados discursos. Em relação à Amazônia, eleita pelos agentes condutores do regime autoritário de 1964 como uma *região-problema*, essa disputa trazia elementos simbólicos de diferentes temporalidades, evocados conforme os interesses em jogo. Compreendida, por vezes, como um espaço de potencialidades irrestritas, e em outras, como uma terra bravia a ser civilizada, nessas representações um sentido generalizante conformava os significados: a Amazônia era uma região para servir aos interesses do Brasil, que eram, sobretudo, o objetivo do desenvolvimento econômico a ser alcançado pelas sociedades ocidentais.

Foram criadas instituições para promover o desenvolvimento, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e seu banco de financiamento, o Banco da Amazônia (BASA S/A), locais onde agentes técnicos, científicos e planejadores do desenvolvimento foram agregados, visando cumprir a tarefa de promover o desenvolvimento na Amazônia e, assim, inserir a região na dinâmica capitalista brasileira. Em outras instituições, como o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), a tônica era diferenciada: partilhava-se da necessidade geral de desenvolver as sociedades, contudo, a forma deste desenvolvimento deveria ser amazônica, partindo dos interesses locais, antes dos interesses brasileiros.

Localmente, o Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp) também foi uma das instituições criadas para pensar o desenvolvimento

amazônico, em nível ainda menor, elencando os problemas paraenses como seu principal alvo de proposições. Tendo como mote a configuração de uma assessoria para agentes governamentais implicados na promoção do desenvolvimento paraense, o Idesp também foi um espaço de encontro de pensadores e de irradiação de suas ideias, algumas delas divulgadas na publicação *Pará Desenvolvimento* que, neste artigo, será a principal fonte de análise.

Temas como a construção de uma ciência amazônica e paraense, os dilemas educacionais locais e a criação de trabalhadores qualificados para o mundo desenvolvido foram alguns dos temas debatidos pelos técnicos do Idesp na referida publicação, que indicam preocupação vigentes no período, em nível local. Estes dilemas foram acionados e interpretados discursivamente, configurando disputas pela conquista do desenvolvimento a partir das instituições e do Estado. Tais disputas, a saber, são parte de uma construção de consenso em torno do desenvolvimento compreendido enquanto necessidade do século XX, em seu recorte Ditadura Militar, que também abarcam as definições do Brasil diante das regionalidades vigentes.

No presente artigo analisaremos como uma instituição amazônica, o Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Idesp), ao longo da Ditadura Militar brasileira, construiu interpretações próprias, a partir de seus agentes, a respeito da Amazônia, interpretando, também, como o desenvolvimento deveria ser implementado na região. O intuito de nossa análise é perseguir os caminhos do desenvolvimento na Amazônia a partir dos agentes locais situados em instituições de construção e/ou crítica ao desenvolvimento, para entender as versões amazônicas do desenvolvimento que foram criadas e veiculadas localmente e regionalmente durante o período.

No âmbito dessas instituições, ocorreu a construção de um pensamento científico amazônica, com questões, discursos e referências próprias que nem sempre coadunavam com as diretrizes nacionais de desenvolvimento. Os acionamentos da ciência realizado no âmbito das instituições amazônicas de construção e/ou crítica ao desenvolvimento possuem particularidades que precisam ser consideradas ao analisar como o desenvolvimento brasileiro, durante a Ditadura Militar, teve a Amazônia como um de seus principais campos

de irradiação e, portanto, consolidação, especialmente a partir dos chamados grandes projetos.

Os agentes científicos amazônicas possuíam seus interesses e posicionamentos próprios diante do “desafio do desenvolvimento” brasileiro, que podem ser verificados em discursos, artigos, relatórios, obras veiculadas por instituições como o Idesp. Considerando a não neutralidade científica diante das problemáticas sociais de determinada época, o Idesp deve ser considerado como uma instituição perpassada por disputas, as quais apresentaremos neste artigo.

O texto está estruturado, após a Introdução, pelos seguintes itens: *Reflexões teórico-metodológicas*, composto pelos referenciais em torno dos temas Estado, agentes, instituições e desenvolvimento; *A instituição: o Idesp e a interpretação do desenvolvimento*, contendo informações a respeito do funcionamento, atribuições e vigência do Idesp; *Os escritos: interpretações amazônicas do desenvolvimento*, com foco em artigos veiculados na revista *Pará Desenvolvimento*, entre 1968 e 1971, a respeito do tema “desenvolvimento na Amazônia”; e as *Considerações finais*.

## 1. REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A construção do desenvolvimentismo durante a Ditadura Militar e o direcionamento das ações de desenvolvimento para espaços eleitos pelo regime enquanto propícios para consubstanciar os ideais de então foram realizados a partir de disputas diversas entre agentes diversos, como aqueles situados no campo do Estado, alvo constante de disputa, o que podemos compreender mediante uma interpretação do Estado, das instituições e da formação de consensos, diante de discursos diversos, como o científico e o técnico.

Conforme Pierre Bourdieu, o Estado é um princípio de produção e reprodução legítima do mundo social, fundamentando a integração lógica e moral desse mundo pelo estabelecimento de um consenso acerca de seu sentido, que é a “condição mesma dos conflitos” (BOURDIEU, 2014, p. 31). O Estado seria o princípio que organiza o consentimento, compreendido como adesão à ordem social, e o fundamento da existência das trocas que levam a um

dissenso. Seria, também, a nomeação dada a princípios ocultos da ordem social e à dominação física e simbólica, com suas respectivas violências.

Uma das funções do Estado seria produzir e canonizar classificações sociais. Existem atos de Estado, entendidos como “atos políticos com pretensões a ter efeitos no mundo social” (BOURDIEU, 2014, p. 39) no âmbito de “uma política reconhecida como legítima, porque ninguém questiona a possibilidade de fazer de outra maneira, e porque não é questionada” (2014, p. 39). Os atos do Estado são legitimados porque o Estado é reconhecido como legítimo e, nesse sentido, “se esses atos obtêm o consentimento [...] é que no fundo participam consciente ou inconscientemente de uma espécie de ‘comunidade ilusória’, que pode ser a nação ou o Estado, ‘no sentido de conjunto de pessoas reconhecendo os mesmos princípios universais’” (BOURDIEU, 2014, p. 41).

A esse respeito, elencamos o que Bourdieu (2014) chama de uma *construção social dos problemas públicos* e como os processos de construção efetuados pelos agentes sociais são apresentados como algo evidente, fornecendo uma consagração que o discurso percebido como científico pode fornecer, enquanto algo universal e difundido socialmente. O simbólico, nesse sentido, possui uma eficácia no real, partindo do Estado os elementos de efetivação dessa eficácia, já que ele seria o ponto de vista dos pontos de vista.

O oficial, “embora não seja aquilo que faz crer” é, contudo, eficaz (BOURDIEU, 2014, p. 60), já que “[...] o Estado [...] reforça um ponto de vista entre outros sobre o mundo social, que é o lugar de luta entre os pontos de vista” (BOURDIEU, 2014, p. 60). Tal ponto de vista seria encarado como certeiro, “o” ponto de vista, o “geometral de todas as perspectivas”, possuindo um efeito de divinização fazendo com que não seja entendido como apenas mais um dos pontos de vista (BOURDIEU, 2014, p. 61).

Nesse sentido, o Estado é composto por instituições e agentes com trajetórias diversas e projetos não lineares, o que habilita nossa análise para um entendimento das diferentes visões a respeito do desenvolvimento na Amazônia durante a Ditadura Militar, levando em consideração suas adaptações e rupturas em relação ao caráter autoritário da Ditadura, as diretrizes das políticas de desenvolvimento, seus interesses próprios e as respostas dadas mediante suas

posições em uma determinada instituição em um período específico. Devemos compreender que também as instituições não possuem um caráter único e linear, pois são constituídas por pessoas num tempo e num espaço.

Tais características, a nosso ver, estão intimamente relacionadas à compreensão hegemônica no período relativo ao papel da ciência e da tecnologia na implementação do desenvolvimento, bem como às maneiras a partir das quais a Amazônia deveria ser acionada nesse processo de ascensão do Brasil ao desenvolvimento capitalista. Ao propor uma análise do Idesp enquanto instituição de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento durante a Ditadura Militar na Amazônia, deve-se compreender quais papéis sociais foram atribuídos aos agentes científicos naquele período, assim como qual eram as compreensões vigentes a respeito da ciência, considerando que tanto a ciência, quanto o desenvolvimento, são frutos de relações sociais, intenções, projetos de grupos e indivíduos, portanto, não há neutralidade nestas construções. Para Michel de Certeau (2013), os discursos são produzidos nas instituições, a partir de lugares sociais, considerando os pares e os interesses em jogo.

O período entre 1964 e 1985 foi perpassado por variados debates a respeito da ciência. Ao final de 1960 e meados de 1970 surgiram críticas dos chamados cientistas radicais e o acionamento de novas noções como tecnociência, capitalismo cognitivo, trabalho imaterial. Os anos 1970 e 1980, por sua vez, foram demarcados por um crescimento das críticas à ciência e pelo mal-estar entre os intelectuais, que identificaram mudanças na estrutura das ciências a partir dos complexos industriais-militares-científicos da *Big Science*. Nos anos 1980, nascem os *Science Studies*, compostos por um objeto sólido e vasto, com extremo sucesso em sua execução (ÁVILA, 2019).

No texto *Conhecimento e imaginário social*, de David Bloor, é delineado o princípio da simetria, conforme o qual erros e acertos científicos precisariam ser explicados sociologicamente em toda sua trama. Também é apresentada uma concepção naturalista do conhecimento como tudo o que as pessoas consideram enquanto tal, um entendimento de objetividade como crença institucionalizada, uma observação das teorias do conhecimento enquanto reflexos das ideologias sociais e a percepção segundo a qual os indicadores de verdade de uma teoria seriam internos à coerência da própria teoria, chamado

de relativismo metodológico (ÁVILA, 2019).

Os *Science Studies*, concebendo a ciência como uma atividade cultural entre outras, tiveram ativo papel no decorrer dos anos 1980, estabelecendo itinerários de pesquisa, posicionando problemas, criando ferramentas conceituais e uma concepção própria de ciência. Abordando temas da epistemologia, da construção social do conhecimento, por um viés sociológico, estavam inseridos na crítica às grandes narrativas, denunciados, nos anos 1980, como um “desvario relativista” (ÁVILA, 2019).

Nesse período, a constituição do neoliberalismo delineou uma nova função para o Estado, a partir da financeirização, da globalização e da desterritorialização, proporcionando a ascensão de instituições privadas de pesquisa, tendo como *inovação* a chave e o direcionamento para a pesquisa. A ciência passou a ser entendida como bem econômico, tornada *tecnociência*, numa diluição de fronteiras e sua captura pelo mercado, passando por uma “guinada prática”, delineando-se um contexto de abandono de uma visão da história das ciências como uma marcha irreversível do progresso (ÁVILA, 2019).

O campo científico brasileiro também passou por modificações e pela consolidação de perspectivas. Especialmente a partir dos anos 1970 e prosseguindo na década de 1980, a ciência brasileira esteve implicada numa tarefa de construir o desenvolvimento nacional, acionando os conhecimentos da chamada tecnocracia, que consolidava um posicionamento compreendido como técnico diante das necessidades desenvolvimentistas. A Economia, por sua vez, era a ciência da época, garantindo prestígio aos economistas como os construtores de um novo mundo.

René Dreifuss (1987) apontou a atuação de *tecnocratas* na conformação e legitimação da Ditadura Militar no Brasil e no Chile, financiados por agências de pesquisa e tecnologia dos Estados Unidos, nos anos 1950-1960. Peter Burke (2012), ao analisar o que chamou de uma “história social do conhecimento”, abordou a existência de *think tanks* – redes de instituições alternativas às universidades concentradas na pesquisa e na política, planejadoras de estratégias e muitas vezes patrocinadoras de grupos de pressão política. Pensar na ação dessas instituições nos instiga a compreender a atuação de agentes advindos de instâncias de produção científica, como universidades e órgãos de

Estado, que promoveram conhecimentos voltados para a legitimação de ações direcionadas ao desenvolvimento no Brasil.

Recordemos que, para Pierre Bourdieu (2012, pp. 24; 25), o campo é uma “realidade invisível, que não podemos mostrar nem tocar e que organiza as práticas e as representações dos agentes”, e ainda, “o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo *coletivamente*, na cooperação e no conflito”. São construções que não se dão no vazio social e a posição neste espaço “comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo”. Além disso, os campos não são produzidos a partir de relações e situações neutras ou espontâneas, pois, em sua constituição, estão presentes relações de força, cujo embate se dá em variados sentidos, inclusive na formulação de ideias, noções e conceitos que adentram no debate político, por exemplo, como *consenso*.

O campo científico, compreendido aqui como um espaço multidimensional de posições que podem ser definidas de acordo com um sistema de coordenadas também multidimensional, cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes (BOURDIEU, 2012), é preenchido pelas posições dos agentes no espaço social, mediante a distribuição dos poderes que atuam em cada um deles (BOURDIEU, 2011). Tais poderes podem ser definidos como econômico, cultural, social ou simbólico, este último uma forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. Dependendo do capital, o agente posiciona-se em um determinado eixo no campo.

Em nosso estudo, o campo científico está atrelado ao Estado enquanto um princípio de produção e legitimação do mundo social que possui o monopólio da violência física e simbólica legítima, fundamentando a integração lógica e moral do mundo social, produzindo um consenso fundamental sobre o sentido deste mundo, além de organizar o consentimento como adesão à ordem social e a princípios fundamentais desta ordem. Uma das funções do Estado seria a conservação social das condições de acumulação do capital como uma ortodoxia ou ilusão bem fundamentada, sendo também o nome que damos aos princípios ocultos e invisíveis da ordem social. Existe a produção de um consenso na natureza do Estado, e ele também pode ser compreendido como

um campo de disputas e um espaço a ser conquistado pelos grupos sociais e agentes (BOURDIEU, 2014).

Nesse sentido, devemos compreender os fatores de legitimação de determinados saberes e sua importância nas lutas simbólicas e reais em torno dos campos, ou da legitimação dos agentes nos campos. Nos interessa entender como a ciência foi acionada enquanto um discurso legitimador de ações de desenvolvimento durante a Ditadura Militar, a partir de uma instituição implicada em construir perspectivas ligadas à implementação do desenvolvimento na Amazônia.

Devemos considerar os discursos irradiados pelo Idesp como produções culturais e, portanto, que “para compreender uma produção cultural (literatura, ciência etc.) não basta referir-se ao conteúdo textual desta produção”, nem “tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto”, já que entre os dois polos “existe um universo intermediário [...] no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência” (BOURDIEU, 2004, p. 20).

O campo científico é perpassado por relações de força, “fenômenos de concentração do capital e do poder ou mesmo de monopólio” (Bourdieu, 2004, p. 34). Existem conflitos intelectuais que são também conflitos de poder, pois “toda estratégia de um erudito comporta, ao mesmo tempo, uma dimensão política (específica) e uma dimensão científica, e a explicação deve sempre levar em conta, simultaneamente, esses dois aspectos” (Bourdieu, 2004, p. 41). Interessa-nos compreender a utilização da ciência – considerada legítima em relação aos saberes populares – para a construção de um consenso no qual o desenvolvimento, esta palavra polissêmica, tornou-se uma *necessidade* e, ainda, um *horizonte a ser perseguido*.

Na Amazônia, durante a Ditadura Militar, iniciativas anteriores de fomento à construção científica com vistas à implementação de uma realidade “melhorada” foram aperfeiçoadas a partir do planejamento estatal. O par Ciência e Tecnologia (C&T) era considerado indispensável para a implementação do desenvolvimento, firmando-se um compromisso dos agentes do Estado com a consolidação do desenvolvimento, resultante de um compromisso paralelo com

a ciência enquanto “escolha ideal porque se dizia capaz de *refazer a realidade*” (ALVARES, 2000, p. 50).

O desenvolvimentismo, portanto, seria alimentado pela ciência e construído pelo Estado, na esperança de criar uma nova sociedade e uma nova economia, arrogando-se o direito de desenvolver as pessoas e a natureza, sem a possibilidade de recusa – e em relação aos que recusassem essa realidade, poderiam “simplesmente ser expulsos do reino dos recursos, e seus próprios recursos [...] transferidos para a grande indústria” (ALVARES, 2000, p. 53).

## 2. A INSTITUIÇÃO: O IDESP E A INTERPRETAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Criado pela Lei Nº 3.649 de 27 de janeiro de 1966, o Idesp contava com um certo acúmulo de conhecimentos advindos de experiências anteriores, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Pará (Condepa), existente desde 1961, depois transformado em Comissão de Desenvolvimento Econômico do Pará, em 1963. O Idesp era uma autarquia com personalidade jurídica própria, autonomia administrativa, financeira e contábil. Estava diretamente subordinado ao Governo do Estado do Pará e tinha por função:

[A]rticular e orientar, em nível de assessoria, os vários setores da Administração, no sentido do desenvolvimento econômico e social do estado, assim como a subministrar ao Chefe do Executivo os estudos técnicos necessários à formulação das decisões fundamentais do Governo, no tocante ao assunto (ESTADO DO PARÁ, 1966, p. 85).

Suas atribuições eram, em linhas gerais, a de manifestar-se a respeito dos planos e programas de governo; estudar a proposta orçamentária e propor retificações e modificações que as ajustassem às diretrizes dos planos e programas de desenvolvimento; coordenar as providências das secretarias de Estado; posicionar-se a respeito de concessão de financiamentos ligados aos recursos do Estado, acerca de estudos e pesquisas para sociedades paraenses de economia mista, recursos para empresas privadas; indicar setores considerados essenciais para o desenvolvimento econômico do Estado; manifestar-se a respeito de projetos de “criação, adaptação, transformação ou

extinção de órgãos públicos ou entidades de economia mista” (ESTADO DO PARÁ, 1966, p. 86).

O órgão era composto por um Conselho de Desenvolvimento, uma Secretaria Geral, e uma Comissão de Controle. O primeiro era formado por secretários de Estado dos setores de Finanças, Produção, Saúde e Educação, pelo Diretor-Presidente do BASA S.A. e pelo Secretário Geral do Idesp, com seus respectivos suplentes, sendo competência do Governador do Estado indicar o presidente do Conselho dentre seus membros (ESTADO DO PARÁ, 1966).

O Conselho tinha por função deliberar acerca das diretrizes para a política de desenvolvimento do Estado, com o propósito de orientar o Governo Estadual; aprovar programas de trabalho e orçamentos anuais da instituição; apreciar balancetes, balanços e relatórios da Secretaria Geral; aprovar os critérios gerais de remuneração dos funcionários da instituição, contratações e despesas com serviços de técnicos e especialistas eventuais; aprovar contratos e convênios de valor superior a cem vezes o salário mínimo mensal da região; se manifestar a respeito de propostas de desapropriação que seriam remetidas ao governador; decidir em relação a alienação, cessão, arrendamento ou constituição de encargos sobre bens patrimoniais da instituição; opinar a respeito de anteprojetos de lei pertinentes ao Idesp ou com matéria de sua alçada; responder a solicitações de opinião feitas ao órgão (ESTADO DO PARÁ, 1966).

A Secretaria Geral era formada pelo Gabinete do Secretário Geral, por setores técnicos definidos por ato regulamentar e pelo setor de serviços administrativos, e também possuía diversas atribuições, como realizar análises setoriais, regionais e globais da economia paraense; estudos e documentos; planos e programas de Governo a partir de convênios ou contratos, além de emitir pareceres a seu respeito, quando solicitados; estudos e projetos para o desenvolvimento, a serem executados pelo setor público e privado; aumento da produção e produtividade especialmente de pequenas e médias empresas, dentre outras, todas relacionadas, de forma geral à *assistência técnica* dos diferentes setores considerados responsáveis pela execução da política de desenvolvimento, a saber, o Estado e as empresas públicas e privadas (ESTADO DO PARÁ, 1966).

A Comissão de Controle, por sua vez, tinha a atribuição de “exercer completa fiscalização sobre a administração financeira e contábil da Autarquia, examinando com liberdade a escrituração e documentação” (ESTADO DO PARÁ, 1966, p. 89), e o orçamento do órgão advinha do Fundo do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (Fidesp), estabelecido pelos artigos 71 a 74 da Lei Federal Nº 4.320 de 17 de março de 1964, centralizado em conta no Banco do Estado do Pará S.A. Portanto, as atividades do Idesp concentravam-se na execução de estudos, pesquisas, criação de planos e projetos, orçamento e pareceres.

Nos anos 1970, começaram a diminuir os recursos para a instituição. Em 1979, “cerca de 50% dos recursos do Idesp vinham de convênios firmados com órgãos federais”, o que foi modificado para um percentual de 12%, em 1982. Em 1984, “o Estado já era responsável por quase todo o montante, em torno de 91%, da receita para manter o órgão em funcionamento” (Idesp, 2008). Nos anos 1990, os cortes foram maiores e comprometeram a atuação do Idesp, levando à sua extinção em 1999, pela Lei Nº 6.211, de 28 de abril, pelo então governador Almir Gabriel, sob a alegação de que o processo se dava mediante reforma administrativa com fins de enquadrar o Estado em uma nova gestão, a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal e diretrizes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Após 33 anos de funcionamento, seus funcionários foram realocados em outros órgãos.

Também surgiram alegações como a da Instituição não estar mais cumprindo com suas funções de “produzir estudos com a qualidade necessária à orientação estratégica, que culminaram com a divulgação de dados ‘falsificados’ (ou em desacordo com os interesses do governante de plantão)” (PUTY, 2008, p. 6).

Para Puty, numa defesa da instituição, “[o] fim do Idesp revela as complexidades de manter uma instituição vibrante, flexível, atualizada e consequentemente legitimada pela sociedade. É sempre mais fácil destruir instituições do que construí-las” (PUTY, 2008, p. 7). Para alguns antigos servidores, como Natanael Araújo da Rocha, lotado na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (Seporf), houve uma mobilização intensa

visando manter o Idesp funcionando: “Tentamos argumentar, fizemos abaixo assinado, mas acabou sendo extinto” (IDESP, 2008).

Ressaltamos que o Idesp foi restabelecido, como nova instituição, em 2008, com foco na produção de indicadores e estudos estratégicos, atração e formação de “pessoal qualificado” e participação no Sistema Regional de Inovação. A busca por repetir os êxitos do Idesp com a criação de um “novo Idesp” revela, para nós, a busca por retomar experiências de planejamento do desenvolvimento que, de alguma forma, poderiam ser aproveitadas na democracia recente. Em nosso trabalho, entretanto, iremos considerar apenas a primeira configuração do Idesp, vigente entre 1966 e 1999.

O Instituto possuiu uma produção ampla, cujas fontes foram dispersas e destinadas a diferentes acervos, desde os particulares<sup>2</sup>, como também os públicos. Encontramos publicações na Biblioteca Arthur Viana – Fundação Cultural do Estado do Pará, na Biblioteca Central Prof. Clodoaldo Beckmann, na UFPA, e na Biblioteca Prof. Inocêncio Machado Coelho, na Sudam, as três situadas em Belém-PA – nesta última estando os únicos exemplares que tivemos acesso da revista *Pará Desenvolvimento*. As outras publicações do Idesp, ao serem destinadas aos acervos públicos referidos, muitas vezes foram catalogadas sob uma nova forma, o que dificultou sua localização. Dessa maneira, aqui abordaremos artigos encontrados em quatro exemplares da revista, dos anos 1968 a 1971.

### **3. OS ESCRITOS: INTERPRETAÇÕES AMAZÔNIDAS DO DESENVOLVIMENTO**

Ao longo dos 33 anos de existência do Idesp, a instituição contou com a presença de diferentes agentes científicos e técnicos implicados em construir propostas e/ou criticar ações de desenvolvimento na Amazônia. O órgão funcionava como uma espécie de assessoria para a classe política

---

<sup>2</sup> Conforme disponibilizado em sítio eletrônico, alguns servidores do antigo Idesp guardaram parte do material com a extinção do órgão, como Natanael Araújo da Rocha, Nazaré Mendonça e Ruth Gibson (Idesp, 2008). Entramos em contato com uma servidora, não identificada, hoje lotada na Biblioteca Pública Arthur Vianna, que nos explicou a dificuldade de localização desses documentos por conta da nova catalogação. Em 2019 ainda encontramos cinco exemplares de publicações a respeito de orçamento naquele acervo, que não digitalizamos.

governamental do período, apresentando dados referentes aos diversos âmbitos da realidade amazônica, tendo como foco o Pará.

A respeito da Revista *Pará Desenvolvimento*, tivemos contato com os volumes 3 (1968), 4 e 5 (1968), 6 e 7 (1969), 10 e 11 (1971) e 26 (1990), este último não estando abarcado pelo recorte de nossa pesquisa. Os exemplares estão divididos em seções como *Artigos*, *Noticiário* e *Legislação*, também contando com outras como *Reportagem*, *Reminiscências* – estas apenas no volume 3 –, *Palestras*, *Estudos* e *Entrevistas* – no volume 26.

No Volume 3, de 1968, os quatro artigos publicados versam a respeito de temas como desenvolvimento econômico, educação e C&T. Contudo, abordaremos apenas o artigo escrito pelo Cônego Ápio Campos (1968a), intitulado *Educação para o desenvolvimento da Amazônia*. Nele, Campos fala do conceito de “educação para o desenvolvimento”, investimentos educacionais, sua aplicação no planejamento socioeconômico global e bolsas de estudos concedidas por instituições de promoção do desenvolvimento. Sua abordagem é crítica, apresentando argumentos embasados no debate filosófico e educacional do período, num teor acurado que não encontramos em muitos artigos dentre os analisados, haja vista os objetivos dos autores em cada um deles.

De início, no artigo, Campos apresenta uma das compreensões abarcadas pelo conceito de desenvolvimento que ainda hoje encontra eco em nossas sociedades:

Depois que a humanidade tomou angustiadamente consciência das profundas, amargas e intoleráveis diferenças que separam povos ricos e povos pobres, nações desenvolvidas e nações subdesenvolvidas, acendeu-se, na alma de todos os homens honestos e responsáveis, o anseio por um esforço conjugado e universal para que todas as regiões da terra pudessem expandir-se socialmente, desenvolver suas riquezas, entrar em etapa de acelerada industrialização, aumentar seus índices de renda por pessoa, em suma, para que todos os homens, sem exceção, tivessem iguais oportunidades contra a fome, a miséria, a doença, a ignorância, o desemprêgo, a injustiça e a exploração [sic] (CAMPOS, 1968a, p. 53 – grifos nossos).

A educação para o desenvolvimento seria um desses mecanismos de transformação da realidade social, que faz parte de uma crença do período,

segundo a qual a transformação social advinda dos setores ligados à ciência e à tecnologia, dentre eles, o setor educacional, conjugava os esforços intelectivos de diferentes agentes, situados no campo progressista ou conservador, já que o desenvolvimento, como um objetivo a ser alcançado, fazia parte das condicionantes imaginárias do período, orientando a ação das pessoas e englobando-as numa mesma *busca*.

Embora o autor apresente críticas contundentes à pobreza, à divisão desigual de riquezas, à miséria, também apontava para a importância de um governo “forte” implicado em realizar as mudanças necessárias nas estruturas consideradas ultrapassadas, os entraves ao desenvolvimento. Nesse sentido, a educação seria “um dos mais válidos instrumentos conducentes à mudança social provocada em têrmos de progresso técnico, econômico e social”, participando do “impulso coletivo do desenvolvimento” (CAMPOS, 1968a, p. 53).

O autor constrói uma distinção entre a educação efetuada até o momento, considerada “mero adôrno mental das elites”, sem engajamento nas “verdadeiras aspirações societárias” (CAMPOS, 1968a, p. 53), não pragmática e mero bem de consumo, sendo as universidades “guetos culturais sem raízes, muito pouco sensíveis às necessidades e aspirações da Nação” (CAMPOS, 1968a, p. 54), e a educação para o desenvolvimento, voltada para a transformação dessas estruturas de *atraso*.

O desenvolvimento seria um meio de adquirir melhor convivência entre os seres humanos e bem-estar, precisando ser observado pelos seus resultados sociais, a saber, a educação, como uma “inversão que eleva a capacidade de desenvolvimento de um país e acelera a realização das metas sociais” (CAMPOS, 1968a, p. 54). Dessa forma, o desafio lançado por Campos era o de induzir os educadores de seu tempo a “encontrar a verdadeira sistemática de uma educação voltada para os anseios universais de progresso, a elaborar, de modo a torná-la atuante, uma autêntica *educação para o desenvolvimento*” (CAMPOS, 1968a, p. 54).

As chamadas “metas sociais” deveriam ser fixadas em relação aos objetivos do desenvolvimento, na visão do autor. Se o mundo estava deixando para o passado suas velhas estruturas, era inconcebível que a educação tradicional se perpetuasse, se mostrando necessária uma renovação ampla de

susas características, para que pudesse estar adequada ao novo mundo. Nisso entrariam os investimentos públicos em educação, apontados como a ação de governantes preocupados com esses processos que apenas trariam benefícios para o povo, conforme o artigo.

Dentro do planejamento global do desenvolvimento deveria estar inserido o planejamento educacional. Para tanto, os governantes e responsáveis pelo desenvolvimento deveriam ser convencidos de que os investimentos educacionais eram tão ou mais importantes do que os investimentos de ordem econômica, enfatizando que a riqueza nacional dependia da capacidade produtiva e dos níveis educacionais de seu povo, já que “[a] velocidade da expansão social e econômica fica, em grande parte, subordinada à taxa de formação de capital humano” (CAMPOS, 1968a, p. 56).

Como medida inicial, o Estado deveria implementar uma educação de base visando “aparelhar mentalmente as populações para um processo de conscientização coletiva de seus problemas e como condicionamento de formulação de metas concretas de desenvolvimento”, enfatizando que “nenhum povo pode desenvolver-se, se não começar por querer desenvolver-se” (CAMPOS, 1968a, p. 57), chegando, nesse ponto, ao aspecto do convencimento e da formação de consenso.

Como realizar as grandes transformações nas estruturas físicas da sociedade, implantando projetos de envergadura gigantesca, se o povo que expectava sua chegada nos territórios não se identificava com aquilo? O convencimento era, portanto, necessário para a consolidação das transformações esperadas, mas necessitava de transformações anteriores, especialmente nas mentes dos amazônidas. Por isso, o texto remete aos anseios de uma coletividade, à Nação e suas vontades, já que a construção do consenso em torno do desenvolvimento precisava, a partir de seus agentes, ser efetuada sem ranhuras na narrativa.

O desenvolvimento, nas palavras de Campos, seria um “esforço conjunto, caminhada solitária, arrancada simultânea e contagiante de todo um povo [e de] toda uma nação” (CAMPOS, 1968a, p. 57) e, para essa empreitada, deveria ocorrer uma “disseminação de cultura” através da alfabetização, do crescimento rápido do sistema educacional básico, da escolarização secundária pré ou

semiprofissional, capaz de prover a industrialização de trabalhadores aptos e versados na utilização dos novos equipamentos.

A “educação participante” deveria estar alicerçada num “dirigismo prático”, o avesso da “educação acadêmica e ornamental, saturadora pleonástica dos mercados de trabalho e que, via de regra, é apanágio dos países subdesenvolvidos” (CAMPOS, 1968a, p. 58). Afirmava, nessa direção, que “[o] que se pede, num país em vias de desenvolvimento, é que toda essa rede escolar ou escolarizante, de natureza pública ou privada se integre nas metas do desenvolvimento e execute atividade paralela e harmoniosa com o planejamento total” (CAMPOS, 1968a, p. 61).

Dessa forma, indicava o autor três objetivos derivados de propósitos dos governos latino-americanos de então:

- a) o sistema educacional deve ser, em cada país, urgentemente norteado para as metas do desenvolvimento;
- b) a educação assim retificada deve constar de um planejamento educacional que preveja as reais necessidades de trabalho e o tipo de pessoal técnico exigido pelo desenvolvimento;
- c) tal sistemática educativa, dirigida e planificada, constará do planejamento global de desenvolvimento e só assim merecerá investimentos governamentais decisivos para sua incrementação (CAMPOS, 1968a, p. 60).

E, ao final do texto, apontava de que maneira uma instituição como a Sudam poderia contribuir com esse processo, notadamente, fornecendo recursos para o sistema educacional, resguardando sua atuação, além de exigir que os objetivos educacionais se enquadrasssem ao plano de desenvolvimento vigente, observando que sua função enquanto agência de desenvolvimento era formar pessoal técnico exigido para a implementação dos planos de desenvolvimento e “estimular, através do sistema implantado, uma educação de base necessária para criar, na população, uma mentalidade desenvolvimentista” (CAMPOS, 1968a, p. 64).

No Volume 4/5 da *Pará Desenvolvimento* encontramos mais um artigo do Cônego Ápio Campos: *O aspecto sócio-cultural do desenvolvimento* (1968b). Nele, como pontuado em seu título, há uma ênfase nos elementos socioculturais dos processos de desenvolvimento, ultrapassando “o âmbito meramente

econômico para situar-se num plano de elevação social, em termos de bem-estar coletivo, e de aquisição de padrões mais altos de cultura" (CAMPOS, 1968b, p. 43), considerando que "as atividades econômicas são, no desenvolvimento, meros fatores instrumentais para que o homem atinja sua plenitude histórica" (CAMPOS, 1968b, p. 43). Assim, sua ênfase recaía na "plenitude" de todos os campos da vida humana a ser alcançada *no desenvolvimento*.

O autor empreende uma crítica ao que seria uma fixação exagerada nos aspectos econômicos do desenvolvimento, considerada um "hipertrofismo econômico". Nisso consistiria uma sub valorização do ser humano, acarretando numa "condenável diliação no equacionamento de problemas coletivos e comunitários, qualificando prioritariamente outros, de interesse de grupos ou de classes, nem sempre decisivas [...] na aceleração do processo" (CAMPOS, 1968b, p. 44). Para embasar sua argumentação, aponta a encíclica do papa Paulo VI *Populorum Progressio*, na qual dispunha:

É preciso advertir aos que estão em vias de desenvolvimento sobre quais são os perigos que é preciso evitar neste terreno. A tecnocracia de amanhã pode engendrar males tão ou mais terríveis que o liberalismo de ontem. Economia e técnica não têm sentido a não ser pelo homem, a quem devem servir (CAMPOS, 1968b, p. 44).

A esse documento, adicionava o disposto como objetivo no Artigo 3º do Plano de Valorização da Amazônia, a saber, "promover tanto o desenvolvimento auto-sustentado da economia como o bem-estar social da região amazônica" (CAMPOS, 1968b, p. 46). A partir de seus referenciais, Campos apontava que a atividade de planejamento, longe de ser apenas atividade técnica ligada ao campo econômico, também necessitaria de considerações no campo da Filosofia, da Política, da Antropologia, da Sociologia, da ciência como um todo. Dessa forma, os objetivos sociais e culturais dentro da política de desenvolvimento precisavam urgentemente ser enfatizados, sob o risco de incompletude na tarefa de implementação do desenvolvimento, pois

[...] o processo de desenvolvimento, dando ênfase à industrialização, se restringe a proporcionar maiores lucros e ascensão financeira aos grupos empresariais, cujo enriquecimento altera a taxa de renda **per capita** do homem regional, sem significar distribuição equitativa das riquezas pela comunidade humana e sem preocupar-se com a promoção

sócio-cultural de seus membros (CAMPOS, 1968b, p. 49).

Para evitar erros, a educação precisava ser incorporada ao planejamento do desenvolvimento, novamente argumentando nesse sentido. E percebia, com muita crítica, a ausência de investimentos suficientes nesse campo, pois o percentual orçamentário do Brasil destinado à educação era, em suas palavras, insignificante, submetido constantemente a cortes e redução de gastos, além da persistência de um “alheamento” das universidades amazônicas à construção do planejamento desenvolvimentista, sem serem convocadas a participarem da ação coordenada com as agências de desenvolvimento. O que se operava, nesse campo, era um “desenvolvimento importado”, a saber, “crescimento educacional realizado dentro dos padrões clássicos das Universidades estrangeiras, mas sem um profundo conhecimento das necessidades locais” (CAMPOS, 1968b, p. 51).

A partir dessa análise, o autor defendia uma reforma universitária “autêntica”, com uma integração *corajosa* no processo de *promoção do homem amazônico*, “deixando de ser uma Universidade do asfalto para ser uma Universidade de toda a região” (CAMPOS, 1968b, p. 51). Os modelos alienígenas, “pré-fabricados” de universidade deveriam ser abandonados, devendo ser direcionados para uma “consulta séria às necessidades de qualificação profissional indicadas pelo tipo de processo industrializante que está sendo implantado” (CAMPOS, 1968b, p. 51), contentando-se essas instituições com o papel de *subsidiárias do desenvolvimento*, fornecendo o elemento técnico.

Também apontava a necessidade de democratização da universidade, a fim de que os sujeitos menos privilegiados pudessem acessar seu espaço a partir das demandas do processo de desenvolvimento, o que ainda levaria a instituição a “entregar a elementos regionais qualificados o controle e a direção da investigação e da invenção, dentro da comunidade subdesenvolvida” (CAMPOS, 1968b, p. 52). Por fim, as universidades deveriam contribuir na formulação de uma conceituação do desenvolvimento, “escoimando o processo de suas distorções de hipertrofismo econômico e tecnológico, para humanizá-lo dentro de uma dimensão sócio-cultural” (CAMPOS, 1968b, p. 52).

“Seria desenvolvida uma comunidade na qual uma minoria desfruta de largas fatias do bôlo, deixando migalhas à minoria desafortunada?”, questionava

Adriano Menezes no artigo *Recursos humanos e desenvolvimento econômico*, publicado no Volume 6/7 da *Pará desenvolvimento* (1969, p. 26). Resultante de contribuição do autor para o II Encontro de Secretários do Trabalho dos Estados Brasileiros, o artigo apresenta reflexões a respeito do desenvolvimento e suas implicações na formação dos chamados recursos humanos. É dividido em seis partes: *Introdução*, *A conscientização do problema*, *Modélos de crescimento*, *Os fatores de produção*, *A política educacional* e *Uma experiência em marcha*, ao longo de treze páginas.

Inicialmente, o autor elenca a referência à renda no cálculo dos estágios e na concepção do desenvolvimento econômico, sendo definida uma comunidade como subdesenvolvida em relação a outras, a partir da renda *per capita*. Porém, constrói uma argumentação segundo a qual esse cálculo por vezes pode ser incorreto, já que nem sempre um povo deixa de ser subdesenvolvido por ter alcançado determinado nível de renda:

Um povo faminto, sujeito a endemias, incapaz de vencer as dificuldades naturais do meio ambiente, é subdesenvolvido independente de quaisquer indagações sobre o que se passa com os demais povos. Neste sentido, talvez fosse mais correto situar o problema em termos de “adaptação” e não de “desenvolvimento”. “Adaptada” seria a comunidade que encontrou o caminho para dominar o meio em que vive e do qual vive (MENEZES, 1969, p. 25).

Para Menezes, portanto, a *questão social*, entendida como um problema, já não era observada somente por representantes políticos, mas por todos aqueles que buscavam o bem-estar. Tal questão poderia ser resolvida a partir de duas escolhas: a solução emocional e a solução tecnológica. Na primeira estariam as reivindicações de distribuição igual da riqueza auferida pelas nações, associada ao alcance do bem-estar, considerada pelo autor como utópica e inalcançável, pois perseguiria os efeitos e não as causas do problema.

A segunda solução, em contrapartida, seria obtida por uma “investigação fria das suas origens, imune a perturbações de ordem emocional” (MENEZES, 1969, p. 27), perquirindo as causas, por exemplo, analisando “o processo produtivo responsável pela formação da renda global, investigando-se as variáveis que o condicionam e as distorções que o perturbam, e não,

simplesmente dimensionar a parcela que poderá, ou deverá, tocar a cada agente produtor” (MENEZES, 1969, p. 28), transcendendo, assim, os aspectos puramente econômicos.

Os fatores produtivos do desenvolvimento seriam, para o autor, os recursos naturais, os recursos humanos e os recursos “para investir”. Os recursos naturais são compreendidos como estando à serviço do ser humano em sua busca por sobrevivência e, acima disso, por desenvolvimento, como “bens susceptíveis de atender às exigências da espécie humana”, sendo o meio físico o que sempre forneceria “ao homem as condições materiais para atendê-las” (MENEZES, 1969, p. 29). Nesse processo, a contrapartida seria a necessidade de se executarem complexas atividades de conversão do meio ambiente em recursos, portanto, a criação de tecnologias, entendidas como um conjunto de procedimentos. Nisso estaria a importância da pesquisa em recursos naturais, como o descortinar de possibilidades:

No caso particular do Brasil, as pesquisas de recursos naturais já iniciadas, embora incipientes, permitem-nos acreditar que riquezas incalculáveis estão prestes a emergir da penumbra das hipóteses para se converterem em fatores decisivos do desenvolvimento nacional. Para tanto, indispensável se torna – e urgente – dotar a nação da *tecnologia adequada* (MENEZES, 1969, p. 30 – grifos nossos).

Nesse *desbravamento* estaria a importância dos recursos humanos, como “indivíduos aptos para o trabalho” (MENEZES, 1969, p. 30), entendidos como algo mais além do que a soma de pessoas ou a população ativa. A defesa do autor, no bojo de uma representação outras vezes verificada nas fontes, é pela qualificação profissional, que passa pela qualificação educacional dentro de um sistema educativo voltado para o desenvolvimento, em contraposição à vigente situação de atraso, na qual se continuava a “padecer de mão-de-obra qualificada” (MENEZES, 1969, p. 31). Segundo o autor, “uma reformulação na política educacional será suficiente para atender às necessidades do processo de desenvolvimento econômico-social brasileiro e, para isso, acreditamos ser bastante a adequação dos orçamentos vigentes” (MENEZES, 1969, p. 33).

Os recursos para investir seriam, por sua vez, a capacidade de poupança da população, observada como residual e insuficiente para os propósitos do desenvolvimento, haja vista o baixo nível de renda e as dificuldades do consumo.

A solução para esse problema estaria, na visão do autor, na melhoria tecnológica, o que garantiria uma diminuição nos custos da produção e um direcionamento de recursos para outros setores, como os próprios recursos humanos, já que “[c]omo o elemento dinâmico do complexo produtivo é a mão-de-obra, sobre esta deverão recair as providências iniciais destinadas a corrigir as falhas que obstram o seu desempenho satisfatório” (MENEZES, 1969, p. 33).

A política educacional vigente era vista com maus olhos pelo autor, pois seu caráter unitário levava a expressões como “alguém interrompeu seus estudos” quando não ultrapassava o nível básico. Para ele, era necessário que os diversos estágios de aprendizagem fossem autonomizados, “[a]final, nem só de doutores vive a economia...” (MENEZES, 1969, p. 34), devendo ser uma autonomia concedida a partir do conteúdo didático de cada ciclo. Dessa forma,

Ao concluir-lo, o estudante deverá ter recebido um acervo de conhecimentos sistematizados, devidamente orientados para um determinado campo de atividades, compatíveis como o nível de responsabilidades que ele deverá assumir no exercício de sua profissão. Se desejar, poderá ingressar no ciclo imediato, onde os seus conhecimentos serão ampliados e a sua especialização aprofundada. Dessa forma, não haverá “interrupção dos estudos” mas “complementação profissional” (MENEZES, 1969, p. 34).

A educação, assim, era vista como *instrumento do desenvolvimento*, e já havia uma experiência em curso para embasar essa proposta de Menezes. No Pará, a partir do governo estadual, estava ocorrendo um diagnóstico com vias a dotar a educação de um caráter “funcional”, observando questões como a carência de mão-de-obra local relacionada às características fisiográficas do Estado a partir dos diagnósticos socioeconômicos executados pelo Idesp.

O que se desenhava era uma percepção de vocações econômicas para as diferentes áreas, tornadas *zonas*, do Estado, o que orientaria futuramente a política educacional com vistas a formular currículos, formar e treinar instrutores para conduzir o ensino visando a satisfação dessas necessidades específicas de cada zona. O corpo docente, por sua vez, precisaria também passar por adequações, com treinamento específico, assim como deveria ser realizada uma formação extracurricular para os profissionais já em exercício, mas inadequados à política de desenvolvimento perseguida.

Com todas essas observações, encerrava o autor afirmando que os recursos humanos “deverão conduzir o processo de integração do Pará ao contexto econômico-social brasileiro” (MENEZES, 1969, p. 34), em consonância com outros autores, já enfatizados anteriormente, que observavam o problema do desenvolvimento amazônico como um capítulo do desenvolvimento brasileiro.

A educação, a partir dos textos analisados, surgia como um meio de transformação das pessoas, de criação dos *homens novos*, em sua definição enquanto *recursos humanos*. Isso nos leva a entender como a complexidade amazônica, observada com o intuito de desenvolvimento, tornava todos os seus componentes em possíveis recursos. Retirando as especificidades, transformava múltiplas existências em um todo uniforme, fossem elas solos, águas, ar, floresta ou humanos e não-humanos. Encontramos iniciativas de viés crítico, que buscavam entender o novo processo de desenvolvimento como algo mais amplo do que sua conotação econômica, encontrada na definição *desenvolvimento econômico*, contudo, não partiam de outras formas, para suplantar o desenvolvimento enquanto fenômeno que não contemplava pelo menos a maioria dos amazônidas.

O período era de aceitação e aposta no desenvolvimento, portanto, a crítica estava inserida em seus termos. A realidade, ao longo dos anos, foi se apresentando em seus complexos resultados e a catástrofe foi chegando mais perto das instituições, o que permitiu aos seus agentes, se não todos, mas alguns com significativa relevância, a elaborar análises englobando esses processos de devastação da floresta, desmatamento, desarticulação de comunidades e tantas outras ações que ampliaram a Amazônia como *território de conflitos*.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As relações entre agentes e instituições e a conquista do Estado durante a Ditadura Militar são complexas e perpassadas por variados níveis interpretativos e de acionamento de discursos. A compreensão da Amazônia como uma região-problema e, consequentemente, um espaço apto para servir ao Brasil em sua construção do desenvolvimento é atravessada por

representações duradouras, como a da floresta enquanto um Inferno Verde, a da população amazônica como inculta e em vias de se tornar útil nos termos desenvolvimentistas, e a da Amazônia como um protetorado brasileiro, disponível para os interesses da Nação, aquém dos interesses locais.

Os agentes ligados ao Idesp, em suas variadas trajetórias, construíram interpretações que acompanhavam as discussões acerca do desenvolvimento no período, elaborando suas propostas próprias de como a Amazônia poderia se inserir e aliar-se a esta caminhada rumo a um *novo Brasil*. É assim que a educação em prol do desenvolvimento, aliada à construção de trabalhadores com a consciência do desenvolvimento, se tornam uma forma de ingresso desses agentes nas discussões a respeito do desenvolvimento no período. Como uma instituição que tinha por objetivo embasar ações políticas no Pará, o Idesp, por meio de seus técnicos, gerava dados e proposições que se alinhavam aos objetivos do desenvolvimento.

Contudo, esse desenvolvimento, em grande medida, brasileiro, era nuançado pelas expectativas locais de desenvolvimento. Seria necessário compreender a realidade local paraense e amazônica e, a partir dela, elaborar sentidos transformadores, incorporando a Amazônia e sua população na seara desenvolvimentista brasileira. As críticas, por sua vez, se direcionam para o alijamento dos objetivos brasileiros de desenvolvimento em relação às necessidades amazônicas de desenvolvimento, o que constantemente se apresenta nos documentos analisados.

Ciência, tecnologia, educação e trabalho são campos propícios para uma inserção exitosa da Amazônia nos objetivos nacionais de desenvolvimento e, de maneira geral, os escritos analisados apresentam queixas e sugestões referentes às maneiras a partir das quais o Estado brasileiro precisaria intervir na região com fins de desenvolvê-la. Observamos também uma distinção, ou dissociação, ainda que implícita em alguns casos, entre a Amazônia e o Brasil, aparecendo a região como uma fronteira a ser desbravada, ocupada e incorporada ao país. Tais aspectos geram um problema de análise que perpassa nossa pesquisa: como entender a criação de uma comunidade ilusória de pertencimento a uma nação ou Estado na Amazônia no período, se o Estado que buscava implementar o desenvolvimento por meio dos grandes projetos era

brasileiro e, em seus discursos, apresentava a Amazônia como uma região à parte, por se colonizar?

Lembremos do que Pierre Bourdieu (2014) define como atos de Estado, ou seja, os atos políticos com pretensão de criar um efeito no mundo social: no período analisado, tais atos possivelmente não estivessem enraizados numa comunidade ilusória que legitimava o Estado como fundamento do consenso, mas sim numa comunidade ilusória em torno de um sentido que acompanhava o Estado, no Brasil: o desenvolvimento.

Essa percepção nos auxilia a compreender as inúmeras disputas entre as elites regionais e as variadas propostas de emancipação de regiões amazônicas e os chamamentos dos representantes políticos brasileiros e amazônidas para um ingresso da população nos caminhos do desenvolvimento (PETIT, 2003). Podemos, então, pensar os atos de Estado na Amazônia nesse período como ações em prol do desenvolvimento, este sendo o fundamento básico da comunidade em torno do Estado. Essa comunidade, por sua vez, seria ilusória, necessitando de constante evocação e legitimação pelo ingresso de mais membros. Dessa maneira, defender o desenvolvimento, o Estado ditatorial e os grandes projetos faziam parte de um processo de construção de consenso, a partir do qual o povo amazônida – outro agrupamento generalizante – ingressaria na marcha em prol da transformação da Amazônia e do desenvolvimento do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ALVARES, Claude. Ciência. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Trad.: Vera Lúcia M. Josceline, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000.

ÁVILA, Gabriel da Costa. **Ciência, objeto da História**. São Paulo: Alameda, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad.: Fernando Tomaz. 16<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Trad.: Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 11<sup>a</sup> ed. Trad.: Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92)**. Trad.: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BURAWOY, Michael. Tornando a dominação durável: Gramsci encontra Bourdieu. In: **O marxismo encontra Bourdieu**. Trad.: Fernando Rogério Jardim (Org.: Ruy Braga). Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento II: da Enciclopédia à Wikipedia**. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CAMPOS, Ápio. Educação para o desenvolvimento da Amazônia. **Pará Desenvolvimento**. Belém, PA, v. 3, pp. 51-66, 1968a.

CAMPOS, Ápio. O aspecto sócio-cultural do desenvolvimento. **Pará Desenvolvimento**. Belém, PA, v. 4/5, pp. 41-53, set./dez., 1968b.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. 3<sup>a</sup> ed. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2013. 3<sup>a</sup> ed. pp. 45-111.

DREIFUSS, René Armand. **A internacional capitalista; estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

ESTADO DO PARÁ. Lei N° 3.649, de 27 de janeiro de 1966. Cria o Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP). **Assembleia Legislativa do Estado do Pará**, Belém, PA, 13 abr. 1966

IDESP. O antigo IDESP. **Sítio eletrônico do Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará**, 2008. Disponível em: <http://www.mentorbr.com/idesp/Antigo.asp>. Acesso em: 18 de mai. 2021.

MENEZES, Adriano Velloso de Castro. Recursos humanos e desenvolvimento econômico. **Pará Desenvolvimento**. Belém, PA, v. 6/7, pp. 19-37, mar./jun., 1969.

PETIT, Pere. **Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PUTY, Cláudio. O futuro do novo Idesp. **Revista de Estudos Paraenses**. Belém, PA, pp. 5-9, 2008.

**Recebido em 19-09-2024**

**Aprovado para publicação em 07-06-2025**